

UNIDADE NA DIVERGÊNCIA

> **Diretoria e oposição se unem no Congresso do Andes contra ataques do governo Bolsonaro à democracia, mas se dividem sobre método dos debates**

ANA BEATRIZ MAGNO E KELVIN MELO

Enviados especiais a Belém

Foi um congresso diferente. O maior encontro dos 38 anos de história do Andes reuniu 599 docentes de 79 seções sindicais no simpático campus da Universidade Federal do Pará, de 28 de janeiro a 2 de fevereiro. Foram seis dias de debates com inusitado clima de unidade entre a diretoria do sindicato e a oposição sobre os grandes temas políticos, mas divergências quanto ao método dos debates.

Historicamente, o grande desacordo entre os dois grupos é a avaliação dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores. Críticos severos do que chamam de 14 anos de política petista de conciliação de classes, os diretores do Andes fizeram declarado esforço de negociação com o Renova, grupo liderado por setores do PT e que chegou ao congresso com 56 delegados, todos defensores entusiasmados da campanha Lula Livre.

A prisão de Lula e a eleição de Bolsonaro foram a chave da união entre os dois lados. Diretoria e oposição aprovaram por unanimidade que o objetivo do movimento docente em 2019 é combater a reforma da Previdência, as privatizações e revogar a emenda constitucional 95. Também foi definida a participação do Andes em comitês que tenham “Lula Livre” como bandeira, tema que contrariou os grupos mais à esquerda, como os liderados pelo PSTU. “A conjuntura é muito grave, não podemos nos dividir. Não vamos abrir mão das caracterizações dos governos de con-



CENAS DE BELÉM: delegação da UFRJ, apresentação de carimbó e vista do campus da UFPA para o rio Guamá



ciliação de classe, mas a consigna Lula Livre não pode ser um impedimento”, ponderou o presidente do Andes, Antonio Gonçalves. “Não é o governo Lula que está sendo avaliado. A democracia está em jogo”, emendou Eudes Baima, da Universidade Estadual do Ceará e coordenador do Renova. “O Andes tem que sair da bolha e ir para a realidade. É a nossa liberdade que está ameaçada”.

A Adufrj levou delegação de 24 professores. Todos participaram ativamente. O Congresso foi cansativo, com longos debates sobre a redação dos

documentos e pouco aprofundamento sobre estratégias de enfrentamento ao governo. A última plenária terminou às 4h40 da madrugada de domingo, 13 horas após o que estabelecia o cronograma inicial. A situação recorrente inspirou a criação de uma comissão para rever a metodologia dos Congressos. “O método é muito cansativo e improdutivo. Fazemos grandes discussões sobre firulas e não priorizamos a temática docente”, resumiu a professora Ligia Bahia, diretora da Adufrj. “Precisamos renovar o Andes”.

ENTREVISTA | LUIS ANTONIO PASQUETTI,
PRESIDENTE DA ADUNBRENOVA CRESCE
E GANHA ESPAÇO

O crescimento da oposição foi uma das marcas do Congresso de Belém. Até o ano passado, os opositores faziam muito barulho, mas eram poucos. Em 2019, o Renova Andes chegou a Belém com 56 delegados e 14 observadores de 24 seções sindicais – 30% das 79 presentes. Em 2018, eram apenas 10 seções e 11 delegados a menos. Nos números não estão incluídas associações de docentes que discordam da linha política do Andes, mas não se alinham explicitamente com o Renova. É o caso da Adufrj, que tem discutido com o grupo, mas ainda não definiu sua adesão. Em entrevista ao **Boletim da Adufrj**, o professor Luis Antonio Pasquetti, presidente da Associação de Docentes da Universidade de Brasília (Adunb) e um dos articuladores do Renova, avaliou o crescimento do grupo:

Como avalia a participação do Renova no Congresso?

Estamos crescendo. É mérito nosso, mas decorre também de problemas graves do Andes que ficam evidentes nos Congressos. Há um desgaste do grupo que ocupa a diretoria há mais de 15 anos. O Congresso dá ênfase à burocracia em detrimento da defesa concreta da universidade, da carreira e dos temas relativos à ciência e educação.

Mas o Renova priorizou o Lula Livre, tema que não é ligado diretamente à universidade...

Lula Livre tem tudo a ver com universidade. Representa respeito ao Estado de Direito e critica a justiça seletiva. Somos críticos ao governo Lula, mas criticar sua prisão não é defender seu governo. Desrespeitar o Estado de Direito ameaça a universidade. Lula priorizou a democratização da universidade, com uma perspectiva inclusiva. O atual ministro quer o retorno da universidade para as elites.

Qual a perspectiva futura do Renova?

Queremos crescimento de qualidade do movimento docente, sem sectarismo, conversando com todos os grupos políticos e procurando unidade nesse momento político difícil em que vivemos.

MUDANÇAS À VISTA: mais
mulheres e menos burocracia**> Congresso decide que próximas diretorias do Andes deverão ter no mínimo 50% de mulheres e cria comissão para reformular eventos sindicais**

METODOLOGIA

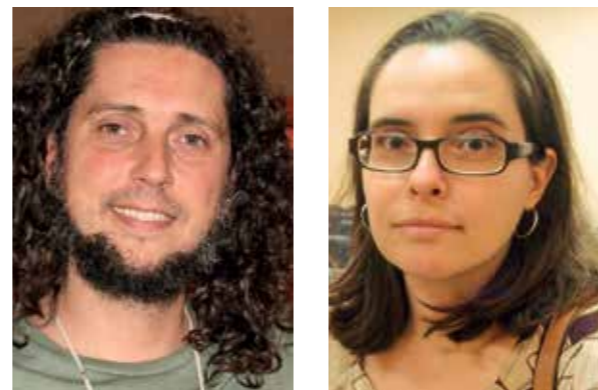
■ Uma comissão foi formada para discutir o formato e o funcionamento do Congresso e do Conselho do Andes (Conad) — uma segunda instância deliberativa do sindicato, realizada no meio do ano. A comissão vai contar com representantes das várias forças políticas que atuam no sindicato nacional. “Precisamos debater fraternalmente a metodologia do Congresso. Estamos aqui há seis dias, o terceiro de plenária, e não terminamos nenhum tema”, resumiu o professor Antônio Lisboa, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

PARIDADE

■ Haverá ao menos seis mulheres no bloco dos 11 principais cargos, que compreendem presidência, secretaria e tesouraria do Andes. A participação feminina será de, no mínimo, 50% nos 72 cargos distribuídos em 12 estruturas do Andes no país. A professora Sara Granemann, da UFRJ, diz que o debate já está atrasado: “É um absurdo que ainda tenhamos de falar disso em 2019”.



PARIDADE: professora Sara Granemann defendeu a medida



DELEGAÇÃO DA UFRJ: professores Felipe Rosa e Mariana Trotta

LULA LIVRE

■ O Andes participará de comitês em defesa da democracia, incluindo os que tenham como lema a expressão “Lula Livre”. Isso não quer dizer que o sindicato vai se empenhar pela liberdade do ex-presidente. “A prisão de Lula mostra a seletividade da Justiça, o que é uma ameaça para a democracia. Daí o esforço da diretoria pela unidade”, afirmou a professora Mariana Trotta, da Faculdade de Direito da UFRJ. Alguns docentes não concordaram com a deliberação: “Avalio que é o momento de uma unidade ampla. Lula nos divide”, afirmou a professora Marinalva Oliveira, da UFRJ.

GOVERNO BOLSONARO

■ Os professores manifestaram-se contra reforma da Previdência, privatizações e a emenda 95. “Temos uma agenda difícil. Não podemos nos dispersar”, disse Felipe Rosa, da Adufrj. O Andes quer construir uma Frente Nacional Unitária para impedir ou revogar os retrocessos. O encontro repudiou uma entrevista do ministro da Educação à revista *Veja* desqualificando o sindicato.

ENTREVISTA | EMMANUEL TOURINHO,
REITOR DA UFPA‘A NOTATÉCNICA NÃO SE
SOBREPÕE À CONSTITUIÇÃO’KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

Reitor da Universidade Federal do Pará – que recebeu o 38º Congresso do Andes –, o professor Emmanuel Tourinho chamou atenção na plenária de abertura do evento. Ex-presidente da Andifes, defendeu a autonomia das instituições federais de educação superior na escolha de seus dirigentes.

Como avalia a nota do MEC proibindo paridade nas consultas eleitorais?

O que rege o processo eleitoral nas universidades é a lei, que não foi alterada. Esta lei está amparada no artigo constitucional 207, da autonomia universitária. As universidades continuam tendo autonomia para constituir seus processos de escolha de dirigentes. A nota técnica não se sobrepõe à lei nem à Constituição.

Qual a importância de preservar os atuais processos eleitorais?

É para que os reitores tenham a legitimidade necessária para conduzir uma instituição extremamente complexa, de dimensão única. Quem tem a capacidade de fazer isso são aqueles que ganharam a confiança da comunidade. Quando você pega o conjunto dos reitores, vê que há pluralidade de visões. Esses gestores de diferentes entendimentos sobre a realidade do país têm isso em comum: ganharam a confiança da sua comunidade. Sem isto, é difícil um gestor ser bem sucedido. Precisamos dialogar com o governo. Precisamos explicar as razões de as coisas acontecerem assim.

Mas e quanto à possibilidade de nomeação do segundo colocado na lista tríplice na Universidade Federal do Triângulo Mineiro?

Recebi a notícia com preocupação. Isso desencadeia instabilidade dentro da universidade. Quero crer que as instituições, as gestões, os movimentos que atuam na universidade e o ministério vão trabalhar para que isso não aconteça.

NOTAS

UNILA E UFV EM SUSPENSE

■ Criada há poucos anos, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu (PR), aguarda a nomeação do primeiro reitor eleito. A votação ocorreu no fim de 2018, com o critério de maior peso para os docentes (70%). Há receio de que o governo Bolsonaro não respeite o mais votado. Na Universidade Federal de Viçosa, a preocupação é a mesma: o reitor foi eleito após consulta paritária.

IMPrensa

■ A equipe de reportagem da Adufrj foi convidada a se retirar de duas salas onde os jornalistas cobriam as discussões dos grupos temáticos do Congresso. Segundo a diretoria do Andes, os repórteres poderiam fotografar, mas não realizar cobertura jornalística, anotando falas e acompanhando os debates. A diretoria da Adufrj criticou a posição e destacou que os sindicalizados têm direito a ser informados e que a imprensa sindical livre é a melhor forma de garantir a qualidade informativa. A permanência foi permitida.



EXPOSIÇÃO: material da Adufrj no Congresso

40 ANOS DA ADFRJ

■ No Congresso de Belém, foram expostos materiais das seções sindicais que fazem 40 anos em 2019, como a Adufrj. “Chegamos à maturidade, buscando o equilíbrio e a ponderação. Nossas ações mostram isso”, afirmou a presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck, delegada pelo segundo ano consecutivo no evento. Na entrada do auditório, a Adufrj montou uma barraquinha com boletins, calendários e peças das últimas campanhas realizadas, como a “UFRJ Sempre”.



ADUFRJ PRESENTE Maria Lúcia preside seção

CONSERVADORISMO À MOSTRA

■ Primeira negra a assumir a presidência da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa (Aspuv) e ligada a movimentos sociais, a professora Júnia Marise Matos Sousa tem sofrido ataques. Listas eletrônicas que circulam na instituição questionam sua gestão – que começou em maio –, mas Júnia vê outras motivações: “É racismo, machismo. Não vamos abaixar a cabeça, pois não há nada errado na gestão”.

NALAMA DE BRUMADINHO

NEGLIGÊNCIA E DANOS AMBIENTAIS DE LONGO PRAZO

FERNANDA DA ESCÓSSIA e SILVANA SÁ
 comunica@adufjrj.org.br

Em meio à tristeza pelas vidas perdidas no rompimento da barragem de Brumadinho, professores da UFRJ alertam para a rotina de práticas danosas na mineração e os impactos ambientais duradouros. Pelo menos dois estudos da UFRJ atestam contaminação do Rio Doce por metais e microorganismos muito tempo depois do vazamento de Mariana, em 2015.

“Que ótica é essa do Brasil ficar sempre com a lama, com o pior?”, questiona João Paulo Machado Torres, professor titular do Instituto de Biofísica e coordenador do Laboratório de Micropoluentes. Especialista em contaminação por metais, ele afirma que, em regiões como Brumadinho e Mariana, as empresas estão remineirando áreas de rejeitos, o que torna o terreno mais instável.

Por isso havia, diz ele, tanta gente perto da barragem de Brumadinho. “Em função das flutuações do preço e da evolução da tecnologia, áreas de rejeitos voltam a ser remineiradas. É a questão básica dos dois acidentes”, explica.

Os efeitos da contaminação por metais são sentidos na água, nos alimentos e

na poeira, causando doenças. Níveis elevados de ferro bloqueiam a ação das enzimas no organismo humano, “oxidando” as células.

Torres coordenou, em parceria com o *Greenpeace*, estudo que apontou a concentração de ferro e manganês no Rio Doce depois do vazamento da barragem de Mariana. Já pesquisou o vazamento de cádmio e intoxicações crônicas por bauxita. Associa casos como o de Brumadinho à busca por lucro, mas também à falta de punição. “Somos *homo sapiens* ou *homo burrus*? Não tem lógica destruir a sua casa. Se botasse a casa dos gerentes dessas empresas embaixo das barragens, tudo bem?”, questiona.

Outro estudo da UFRJ, da Coppe, apontou os efeitos duradouros da contaminação do Rio Doce depois do vazamento da barragem de Mariana. Coordenada pelo professor Fabiano Thompson, a pesquisa mostrou a presença de nitrogênio e ferro na água até dezembro de 2017, causando a proliferação de bactérias nocivas à saúde. Originário da dissertação de mestrado da aluna Marcelle Carneiro, o trabalho teve participação da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

“Vamos buscar os dados mais recen-

tes, e é certo que os resíduos estarão lá”, afirma Thompson. Com base nesse estudo, ele questiona a versão divulgada pelas empresas de que a lama das barragens é inerte, ou seja, não causa danos ambientais. “A lama só é inerte para quem está bem longe dela”, afirma.

Segundo Maurício Ehrlich, coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da Coppe, o que provocou o rompimento da barragem de Feijão é um mistério, mas a resposta virá em breve. “Há algo não explicado. Ou a Vale não tem conhecimento, ou esconde”, destaca.

Ehrlich considera difícil a barragem não ter dado sinais de colapso. Mesmo após longo período sem utilização, uma barragem pode romper por um fenômeno físico chamado de “fluência”, quando os materiais deformam se sujeitos a cargas ou tensões permanentes. Por isso, inspeções são tão importantes.

Para Ehrlich, é preciso responsabilizar os profissionais. “Profissionais e empresas são responsáveis. A legislação deve forçar projetos mais seguros, e os profissionais não devem se submeter a imposições das empresas”. Quatro engenheiros que assinaram laudos sobre a barragem foram presos.

SUCESSÃO NA UFRJ: COMISSÃO AINDA NÃO TEM TODOS OS NOMES

■ A duas semanas do Consuni que decidirá sobre a sucessão na Reitoria da UFRJ, não está completa a Comissão Coordenadora da Pesquisa para cargos de Reitor e Vice-Reitor. Uma lista inicial foi publicada no boletim da UFRJ do dia 25 de janeiro, mas sem representantes de alguns centros, como o CCJE, e do Sintufjrj. A comissão proporá ao Con-

suni regras do processo, e o Consuni decidirá. Algumas questões estão em discussão, como quem conduz a consulta à comunidade acadêmica e se ela deve ser paritária. Em dezembro, o MEC exigiu que a consulta repita os pesos do Colégio Eleitoral, no qual o segmento docente tem peso de 70%. Gerly Miceli integra a Comissão como representante

dos técnicos no Consuni: “Alguns setores questionam a paridade, e estamos preocupados em mantê-la”, afirmou. O Sintufjrj propõe que a consulta seja feita pelas entidades sindicais e estudantis, e não pela comissão, para evitar que o ministério questione o processo. Até a semana que vem, a Comissão deve estar completa.